

As relações de trabalho no jornalismo contemporâneo e a emergência dos tecnoatores¹

Cristina Haas SCHEEREN²

Laura STORCH³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

Neste artigo iremos pretendemos fazer uma revisão bibliográfica sobre o histórico de precarização no trabalho jornalístico e também as relações de trabalho, e apresentar a necessidade de uma discussão sobre os novos agentes do jornalismo. Usaremos a expressão *tecnoatores* de Canavilhas, para denominar esses agentes, mas temos em mente de que essa categoria pode abranger mais áreas além da tecnologia, como economistas por exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; trabalho; precarização; digital; tecnoatores.

INTRODUÇÃO

Segundo Marx (1867) o trabalho em seu sentido fundamental é aquilo que nos torna humanos. O jornalismo em seus primórdios era visto como o que hoje chamamos de *hobby*⁴, uma atividade secundária feita muitas vezes movida pela paixão. As inspirações do jornalismo vêm dos ideais do Iluminismo e do Racionalismo, que traz o ser humano como central no que tange a sociedade. Foi durante o século XX que o jornalismo se consolidou como profissão, com trabalhadores especializados, dedicados exclusivamente a selecionar fatos do cotidiano que merecem ganhar o status de notícia (FÍGARO, 2013).

Até o fim da Primeira Guerra Mundial o monopólio das agências de notícias era de países europeus como Inglaterra e Alemanha, após esse período o predomínio

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Cristina Haas Scheeren, estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria.

³ Laura Storch, professora adjunta no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Possui mestrado e doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Laboratório de Experimentação em Jornalismo/UFSM e integrante do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM Estudos em Jornalismo.

⁴ *Hobby* é uma palavra inglesa frequentemente usada a língua portuguesa e significa passatempo.

informativo das agências de notícia passa para os Estados Unidos, com ideologias voltadas para a objetividade e a liberdade de imprensa, é esse modelo que influencia os meios de comunicação brasileiros. E assim o jornalismo torna-se um modelo de negócio empresarial e lucrativo.

A precarização do trabalho jornalístico é histórica, assim como a falta de regulamentação da profissão no Brasil. Mas nas últimas duas décadas uma questão vem acentuando ainda mais esses debates acerca da profissão: as tecnologias que vem mudando o cotidiano da profissão e a forma de fazer notícia.

O tempo e o espaço, comprimidos pelas possibilidades das tecnologias de comunicação e de informação, foram assimilados nos processos de produção de modo a reduzir o tempo para a reflexão, a apuração e a pesquisa no trabalho jornalístico. O espaço de trabalho encolheu e ao mesmo tempo diversificou-se, transformando as grandes redações em células de produção que podem ser instaladas em qualquer lugar com Internet e um computador. (FÍGARO, 2013, p. 02)

Como já colocado, o século XXI trouxe consigo a digitalização das redações o que resulta na exigência do domínio dessas ferramentas. Uma das consequências disso é que as redações estão cada dia “mais jovens”, especialmente, pelo domínio maior das novas gerações das tecnologias. Mas a outra consequência disso, que iremos discutir aqui, são os *tecnoatores*, profissionais que conquistaram visibilidade pelo domínio de conhecimentos especializados decisivos na produção da notícia (CANAVILHAS, et al., 2016). Segundo os autores o termo *tecnoatores* ajuda a qualificar esses profissionais a partir de seu domínio tecnológico e também dessa forma os diferencia dos jornalistas.

Buscamos a problematização acima para discutir o modo como essas novas configurações das redações, marcadas por relações com outros agentes de produção cria uma zona de tensão no campo profissional do Jornalismo, pois são profissionais de diferentes áreas do conhecimento tendo que trabalhar juntos na produção de informação e notícias. A presença desses profissionais nas redações também causa conflitos de poder, pois até então o poder das decisões sempre esteve apenas com os e as jornalistas. Queremos levantar a discussão aqui também de que os novos agentes do jornalismo vão para além dos *tecnoatores* (designers e programadores), mas engloba, potencialmente, outros agentes, como acontece com os estatístico e analistas de dados na relação com a produção do jornalismo de dados. Esses profissionais estão cada vez mais presentes e são indispensáveis no meio de trabalho do jornalismo.

1. JORNALISMO, TRABALHO PRECÁRIO?

Marx (1867) considerava que através da visão capitalista o trabalho aliena o homem da condição de humano. O autor trouxe em sua obra que o capitalismo fez com que a sociedade se reduzisse a duas classes em atrito: a burguesia, dona dos meios de produção e do capital, e o proletariado, que são os trabalhadores e trabalhadoras assalariadas. Segundo a obra de Marx esse modo de produção explora a mão de obra do trabalhador e da trabalhadora pois o dono ou a dona do capital recolhe o excedente da produção do trabalhador e da trabalhadora como lucro.

O início do processo de industrialização se deu na Inglaterra no século XVIII, as fábricas funcionavam em condições precárias, os salários eram extremamente baixos e as jornadas de trabalho tinham até 18 horas por dia, mulheres e crianças recebiam metade do salário dos homens mesmo cumprindo a mesma jornada. Começaram a surgir as revoltas e greves sociais dos trabalhadores e trabalhadoras pelos direitos trabalhistas. No Brasil as discussões sobre direitos trabalhistas tiveram início após a abolição da escravidão em 1888. Mas foi só na Constituição de 1934 que se deu o primeiro passo para a criação da Justiça do Trabalho, mas a sua regulamentação só ocorreu em 1940. No período de 1934 a 1988 ocorreram diversas mudanças, a Constituição de 1988 reforça a legitimidade do poder normativo da Justiça de Trabalho e trouxe também avanços como a proteção contra a despedida arbitrária, ou sem justa causa, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho prestado, licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.

Para Standing (2014) existe uma nova classe de trabalhadores e trabalhadoras: o *precariado*. O modelo neoliberal, que surge no século XX, diz que o Estado deve deixar de regular as relações entre empresas e empregados e empregadas, pois os custos trabalhistas seriam muito altos. E é assim que surge o trabalho precário e terceirização. Standing (2014) diz que pode-se observar a precarização do trabalho pela renda e pela fragilização da noção de emprego.

Segundo a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* elaborada pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações do Mundo do Trabalho do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC, dos e das jornalistas brasileiras que atuam na produção de notícias em TV, rádio, jornal impresso e internet apenas 59,8% tem carteira assinada, ou seja, tem os direitos trabalhistas garantidos. Um dado

interessante é que apenas 6,1% de jornalistas recebem auxílio creche, isso junto com o dado de que 64,4% de jornalistas que ganham acima de 20 salários mínimos são homens refletem a cultura machista que existe dentro da profissão, considerando que são 63,7% dos e das jornalistas no Brasil são mulheres.

Conforme os dados dessa mesma pesquisa 11,9% dos e das profissionais atuantes na mídia trabalham como *freelancer*, trabalho em que não existe contrato formal entre quem emprega e o empregado, ou seja, não há garantia de direitos trabalhistas, e benefícios como o 13º salário e indenização em casos de acidade de trabalho⁵. Na visão de Standing (2014) o trabalho de *freelancer* se encaixa como trabalho precário:

Para o autor, trabalho precário é aquele que priva o trabalhador de sete garantias: garantia de mercado de trabalho (oportunidades dignas), garantia de vínculo empregatício (oportunidade para manter o emprego e poder progredir em status e renda), garantia de segurança do trabalho (proteção contra acidentes e doenças, garantia de reprodução de habilidade (oportunidade de receber treinamento), garantia de segurança de renda (ter renda adequada e estável) e garantia de representação (sindicatos independentes) (BERTOLINI, 2015, p. 242).

Analisando essas sete categorias colocadas por Standig e relacionando com a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* podemos perceber que mesmo os e as 59,8% dos e das jornalistas que tem carteira assinada também se encaixam na categoria de trabalho precário. São 53,9% dos e das profissionais que estão há no máximo três anos no emprego atual, e apenas 27,6% aqueles e aquelas que estão no mesmo emprego entre três e dez anos. Apenas 10,2% recebem algum tipo de incentivo a qualificação profissional. A pesquisa também mostra que 45,1% dos e das profissionais cumprem mais do que as 40 horas semanais previstas pela legislação.

Para entendermos a situação do trabalho jornalístico é importante discutirmos a concepção de trabalho que a sociedade e os e as próprias jornalistas tem da profissão: existe uma *glamourização* da profissão, onde as horas extras e toda a instabilidade e riscos da profissão são vistas como algo que tornam o e a profissional como diferentes dos outros tipos de trabalho. Como traz Adghirni (2015) não são raros e raras os e as jornalistas que não se enxergam como trabalhadores ou trabalhadoras mas sim como

⁵ Segundo relatório da ONG Repórteres sem Fronteiras, em 2016 morreram 57 jornalistas no exercício da profissão.

super-heróis. O que atrapalha na compreensão do jornalismo como um trabalho, e no entendimento de que o trabalho muitas vezes é precarizado. De acordo com Traquina (2008) pode-se compreender que o trabalho do jornalista é precário desde a regulamentação da profissão, no século 19, pois a maioria dos profissionais se guia mais por senso de justiça e ideologias do que por contratos trabalhistas.

Com o surgimento da internet, assim como aconteceu após o surgimento da televisão, o jornalismo vem sofrendo um processo de transição e mudanças, atualmente existem muitas plataformas, e também através principalmente das redes sociais pessoas que não são jornalistas fazem parte da disseminação de informação e opinião de informação, o que dá inclusive uma falsa ideia de democratização da comunicação.

Por um lado, tais tecnologias redefiniram o perfil profissional dos jornalistas. Por outro, reordenaram o modelo de negócios das empresas do setor, tornando-o mais diversificado. Essas duas frentes forçam o profissional a ter perfil *multimídia* (faz trabalhos para mais de um veículo ao mesmo tempo) e *multitarefa* (concilia tarefas que antes competiam a profissionais específicos).

O resultado são (sic) profissionais com excesso de trabalho, isolados do convívio familiar, inseguros no emprego, desrespeitados em direitos trabalhistas e enfraquecidos como categoria. (BERTOLINI, 2015, p. 243).

Essas tecnologias contribuíram mais para a precarização do trabalho jornalístico, pois o ou a profissional precisa ser e entender de todas as áreas. Sem falar, que, como afirma Moretzsohn (2002) predomina hoje na profissão o *fetichismo do imediato* o que vale mais para o jornalismo atualmente é o tempo e a quantidade, não a qualidade e apuração.

2. JORNALISMO E SINDICALISMO

Apenas 25,2% dos e das jornalistas são associados ou associadas a algum sindicato, conforme a Pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro*. Ainda segundo essa pesquisa a maior taxa de filiados se encontra na faixa etária de 31 e 50 anos, e a menor entre 18 e 30 anos. Quanto mais instrução, maior a taxa de sindicalização, e a maior concentração de profissionais não sindicalizados se encontra entre os egressos de instituições privadas. A maior parte dos e das jornalistas está na faixa etária entre 18 e 30 anos e tem graduação em instituições privadas.

Como já colocado no capítulo anterior as novas tecnologias redefiniram o perfil do ou da jornalista, hoje ele ou ela precisa ser multitarefa e multimídia. Essa diversificação da categoria pode estar contribuindo para a não sindicalização:

Tal diversificação constitui evidente dificuldade à organização sindical. A começar, pelo escopo das pautas de reivindicação em cada segmento: na mídia, fora da mídia ou na docência, não apenas há especificidades nas relações de trabalho, como elas variam dentro de cada setor (por exemplo, entre as diversas mídias, entre o setor público e as empresas de assessoria, entre instituições de ensino públicas e privadas) (MICK, 2013, p. 12).

Mick e Lima (2013) a maior parte dos e das profissionais que estão associados ou associadas a algum sindicato trabalham em veículos tradicionais de mídia como o jornal impresso.

“Considerada como indicador elementar do grau de consciência política ou engajamento, a sindicalização reflete o senso corporativo de determinada categoria profissional” (MICK e LIMA, 2013, p. 16). Relacionando os dados apresentados sobre a baixa sindicalização da categoria, com o que foi levantado no capítulo anterior sobre o ou a jornalista não se enxergar como um ou uma trabalhadora, podemos entender mais um fator que leva a não sindicalização. Levando em conta também que a maior parte dos não sindicalizados tem entre 18 e 30 anos e tem um trabalho multitarefa e multimídia, podemos perceber que a maioria dos não sindicalizados são os e as profissionais que tem o trabalho mais precarizado.

3. CONJUNTURA ATUAL DA PROFISSÃO

Como já foi visto a instabilidade e a incerteza acompanham a profissão jornalística desde o seu início, mas isso tem se acentuado nas duas últimas décadas.

Uma das características mais marcantes da profissão de jornalista, nas duas primeiras décadas do século XXI, é a sua instabilidade. Além da crise econômica, os jornalistas trabalham sob uma constante pressão derivada da necessidade de redefinir continuamente suas habilidades profissionais em um ecossistema de transformação (PAULO-SAMPIO, PALOMO, 2016, p.190, tradução nossa⁶).

⁶ No original: “Una de las características más destacables de la profesión periodística en las dos primeras décadas del siglo XXI es su inestabilidad. Al margen de la crisis económica, los periodistas trabajan bajo una presión constante, derivada de tener que redefinir de forma continuada sus habilidades profesionales, em um ecossistema em transformación” (PAULO-SAMPIO, PALOMO, 2016 P.190).

Uma das grandes mudanças do mercado atual do jornalismo é que, enquanto no passado o trabalho e as empresas de comunicação eram precários, atualmente o trabalho continua precário, mas as empresas não estão mais na mesma situação (NONATO, 2013). Nonato (2013) justifica isso pelo fato de se ter cada vez menos trabalho com carteira assinada e, uma baixa remuneração, mas ao mesmo tempo cobrar que o ou a profissional tenha que trabalhar mais e em várias tarefas ao mesmo tempo. As novas gerações de jornalistas já estão sentindo o impacto disso em suas carreiras.

Os jovens que ingressam hoje no mercado de trabalho têm consciência das perdas proporcionadas pela precarização. São maioria nos dados quantitativos os que não tem vínculo. Sentem-se encurralados, porque, se não aceitarem as condições impostas pelas empresas, não conseguem ingressar no mercado de trabalho. Aqueles que conseguem contrato pela CLT sentem-se privilegiados dentro da profissão. (NONATO, 2013, p. 192).

Os terceirizados, no jornalismo muito conhecidos como *freelancers*, são segundo Barbosa (2011, p. 121-128): “[...] um tipo de indivíduo desvinculado de pertencas coletivas e desprovido de qualquer tipo de proteção social fornecida pelo Estado”. Isso também afeta o bem-estar e qualidade de vida desses profissionais, que muitas vezes mantém um local de trabalho em suas próprias casas, sem contato com o restante da redação, além da incerteza e instabilidade financeira, que não permite que muitos e muitas profissionais possam fazer planos para o futuro relacionados a aquisição de bens materiais como moradia própria, lazer e até a constituição de uma família.

Conforme Scolari (2008) um ou uma profissional do jornalismo deve ter polivalência tecnológica, temática e midiática, ou seja, um profissional multitarefas. A questão é que os e as jornalistas não estão dando conta da forma desejada de todos esses âmbitos, o que vem trazendo novos atores profissionais para dentro das redações. E se pudemos ver o resgate teórico feito ao longo do texto que os próprios e as próprias jornalistas vem de uma longa história de trabalho precarizado, acentuado nos últimos anos, é hora de olharmos para a situação desses novos profissionais que estão fazendo parte direta e indiretamente da produção de notícias cotidiana.

4. A EMERGÊNCIA DOS NOVOS ATORES DA PROFISSÃO

Como citado no capítulo anterior, atualmente o jornalismo depende do uso de plataformas digitais, por esse motivo cada vez mais designers e programadores são necessários e indispensáveis para a profissão:

O problema é que a maior parte das pessoas, tanto usuários quanto os próprios jornalistas, pouco ou nada sabem sobre o funcionamento interno do *software*. As linguagens codificadas e os comandos operacionais (algoritmos) demandam conhecimentos específicos e os não-especialistas ficam restringidos a uma ação superficial na interatividade com plataformas web e aplicativos móveis (*apps*). Portanto, profissionais como designer e programadores devem ser compreendidos como tecnoatores relevantes na investigação jornalística, pois são eles que detêm os conhecimentos necessários para lidar com os *softwares*. (CANAVILHAS et al., 2014, p. 86).

O papel dos tecnoatores⁷ dentro das redações é legitimado pelos próprios e pelas próprias jornalistas, que entendem a importância desses profissionais na era da informação rápida e instantânea. Mas conforme afirma Traquina (2005) os jornalistas formam uma tribo que partilha ideias, normas e valores. Então como fica a relação entre essas duas categorias profissionais? Os jornalistas por um lado tendo que se acostumar a nova forma de fazer notícia, em que a rapidez na maioria das vezes é mais importante que a apuração. De outro lado os tecnoatores, que reconhecem sua importância na produção diária de informação, mas que não são e nem se reconhecem como jornalistas (CANAVILHAS et al., 2014). Estudar esse relacionamento profissional pode ser indispensável para entendermos o futuro da profissão:

O choque entre as diferentes concepções e abordagens que cada área atribui à prática jornalística, bem como às noções de notícia, informação e comunicação, conduzem a uma série de questões que são essenciais para se compreender o futuro do jornalismo (CANAVILHAS et al., 2014, p. 87).

O protagonismo dentro das redações ainda é do ou da jornalista, mas os aparatos tecnológicos e digitais se tornam cada dia mais importantes para atrair a atenção do leitor, o que faz crescer cada vez mais a interdependência entre os profissionais:

⁷ Nesse trabalho manteremos a denominação tecnoatores para denominar aqueles e aquelas que trabalham como designers, programadores e afins dentro das redações.

Num setor onde os formatos e os novos suportes influenciam a escolha dos consumidores, os jornalistas são obrigados a procurar maior aproximação com os profissionais que dominam a parte tecnológica. Embora alguns autores defendam a figura do jornalista-programador, como se viu antes, a evolução tecnológica é tão rápida que exige profissionais dedicados apenas ao setor técnico. Como referiram o designer e o programador, a sua missão é resolver problemas e implementar formatos complexos mais apelativos. Dentro dos problemas a resolver estão o desenvolvimento de sistemas que acelerem o trabalho dos jornalistas e que simultaneamente lhes permitam elaborar conteúdos de maior apelo. Talvez por isso, os tecnoatores reconhecem não ser jornalistas nem produzir notícias, mas consideram-se elementos muito influentes nos mecanismos de produção jornalística porque uma parte do processo depende do seu desempenho. (CANAVILHAS et al., 2014, p. 93).

Colocar profissionais com formações tão distintas para trabalhar juntos dentro de uma área tão complexa como é a produção de notícias com certeza gera muitos atritos e afeta as próprias relações de poder estabelecidas há muitos anos dentro das redações. Um ponto importante que Canavilhas et al. (2014) trazem é de que se o modo de produzir notícias está mudando o modo de se ensinar a produzir notícias também deve mudar, mas aí o jornalista deve ter uma formação mais técnica, ou o tecnoator deve ter uma formação mais humanística?

Além dos tecnoatores, outros profissionais de outras áreas também estão cada vez mais presentes no jornalismo diário, como, por exemplo, estatísticos e economistas que trabalham com bases de dados. Mas esses profissionais podem também ser considerados jornalistas, ou tecnoatores? Como já citado anteriormente a necessidade de entendermos o papel e a importância desses novos agentes é essencial para compreendermos o futuro do jornalismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre as condições trabalhistas na profissão jornalística vêm avançando cada vez mais nas últimas décadas. Impulsionadas principalmente, pelas mudanças rápidas ocorreram no modo de fazer jornalismo, e nas implicações nos trabalhadores e trabalhadoras da área. “Como artefatos da cultura e instrumentos de uso cotidiano, a partir dessa conjuntura, as tecnologias de comunicação e informações redesenharam o mundo do trabalho, sobretudo o trabalho do jornalista” (FIGARO, 2013, p. 63).

Entretanto, conforme a discussão colocada no capítulo anterior, podemos observar que a profissão atualmente conta cada vez mais com agentes de áreas do conhecimento distintas, muitas vezes distantes do próprio jornalismo, e que, esses agentes, pode-se dizer, já são indispensáveis para a produção de notícias diária e digital.

O jornalista reforça o papel dos tecnoatores quando diz que as ferramentas servem para que tudo se faça mais rápido, o que é essencial numa publicação on-line. A partir desta ideia podemos concluir que em ambientes on-line há um reforço de papel dos tecnoatores, o que está obviamente relacionado com a instabilidade dos novos suportes digitais antes referida, ou seja, por ocorrer uma permanente evolução que impede a estabilização de rotinas tal como ocorre no *broadcasting* (CANAVILHAS et al., 2014, p. 92).

Se estudar as relações de trabalho dos e das jornalistas dentro das redações é indispensável para entendermos também a produção de conteúdo, os estudos devem se atentar também para esses novos agentes já que eles são parte das redações, e influenciam diretamente em sua produção. Desta forma, também devemos olhar para condições trabalhistas destes novos agentes, pois se os “protagonistas” da profissão sofrem com décadas de precarização, a tendência é que esse modelo continue ou até piore para os novos trabalhadores e trabalhadoras da área.

REFERÊNCIAS

ADILLON-SOLER, Joan; FREIXA, Pere; RIBAS, Joao-Ignasi; SORA, Carlos. Perfil del profesional de la comunicación interactiva: fundamentos, actualidad y perspectivas. **El profesional de la información**, v.25, n.2. 2016. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/index.html>. Acesso em: abril de 2018.

ANTUNES, Ricard;. BRAGA, Ruy. **Infoproletários degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERTOLINI, Jeferson. **Formas duradouras e formas emergentes do trabalho precário entre os jornalistas brasileiros**, Itajaí, Ed 1, 2015

BERTOLINI, Jeferson. **Jornalista multimídia e multitarefa: o perfil contemporâneo do trabalho precário no jornalismo**, Animus, V. 16 N. 31, 2017

CANAVILHAS, João, SATUF, Ivan. LUNA de, Diógenes. TORRES, Vitor. BACCIN, Alciane, MARQUES, Alberto **Jornalistas e tecnoatores: a negociação de culturas profissionais em redações on-line** Porto Alegre, v. 23, n. 3. Cidade: Universidade, 2016.

CANAVILHAS, João. SATUF, Ivan. SATUF, LUNA de, Diógenes, TORRES, Vitor. **Jornalista e Tecnoatores: dois mundos, duas culturas, um objetivo**. Esferas, ano 3, nº 5, julho a dezembro de 2014.

FÍGARO, Roseli. NONATO, Cláudia. **A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas**, Líbero – São Paulo – v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. de 2016

FÍGARO, Roseli **O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados**, Organicom, N 9, 2008.

FÍGARO, Roseli. NONATO, Cláudia. GROHMAN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**, São Paulo: Atlas, 2013.

GROHMAN, Rafael. **O trabalho dos jornalistas como sintoma da lógica dos conglomerados**, Líbero – São Paulo – v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. de 2016

LIMA, Samuel. MICK, Jacques **Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros**, Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 10 Nº 1 – Janeiro a Junho de 2013

MATOS, Teresa Cristina Furtado. RHUKUZAGE, Serge Katembra. **A informação terceirizada: identidade e trabalho não pago na era do jornalismo digital**, Comunicação e Sociedade, vol. 28, 2015.

MICK, Jacques. LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro – Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**, Florianópolis: Insular, 2013

SALAVERRÍA, Ramón. **Redefinir al comunicador**, El profesional de la información, 2016, marzo-abril, v. 25, n. 2. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/index.html>. Acesso em: abril de 2018

PALAU-SAMPIO, Dolors. PALOMO, Bella. **El periodista adaptativo. Consultores y directores de innovación analizan las cualidades del profesional de la comunicación**, El profesional de la información, 2016, marzo-abril, v. 25, n. 2. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/index.html>. Acesso em: abril de 2018